

1. OBJETIVOS

- 1.1. Estabelecer diretrizes, conceitos e competências para a condução do processo de gestão de riscos, de acordo com a metodologia definida pela Sabesp, gerando valor para a organização e aperfeiçoando as práticas de governança, de forma sistemática, estruturada e integrada aos valores e diretrizes empresariais; e
- 1.2. Considerar a visão de riscos na tomada de decisões, alinhada com as boas práticas de mercado.

2. DIRETRIZES

- 2.1. A gestão de riscos deve ser integrada e alinhada à cultura e ao planejamento estratégico da Companhia, considerando seus valores, objetivos, tomada de decisão, modelo de negócio, operação, estrutura organizacional, nível de exposição e tolerância a riscos.
- 2.2. Para a elaboração e revisão do Mapa de Riscos Corporativos, a Diretoria Executiva deverá utilizar a metodologia vigente que considera a identificação dos riscos e causas que possam impactar a capacidade da Companhia de atingir os objetivos estratégicos
- 2.3. A magnitude do risco será definida pela avaliação do impacto, probabilidade de ocorrência e criticidade. Com base nessa avaliação, os Responsáveis pelos Riscos devem definir as ações de mitigação para mantê-los no nível aceitável. A implementação dessas ações será acompanhada pela área de Riscos e Controles Internos.
- 2.4. A gestão, comunicação e monitoramento dos riscos fica a cargo da área de Riscos e Controles Internos, responsável por apoiar e instrumentalizar a gestão, assegurando a aderência da metodologia de gerenciamento de riscos aos objetivos de negócios da Companhia, propondo atualizações, quando necessário.
- 2.5. Os riscos devem ser identificados e classificados por sua natureza (estratégica, financeira, operacional, conformidade e climático) e categoria (governança, político/econômico e negócio; contábil, crédito, liquidez e mercado; ambiental, processo e infraestrutura, pessoal, informação e tecnologia; regulamento e legislação; mudanças climáticas).
- 2.6. Os Riscos Corporativos possuem o Responsável pelo Risco, responsáveis pela aprovação da mensuração, tratamento dos riscos corporativos. O monitoramento do nível de risco e responsabilidade pelas ações de mitigação são definidas por níveis de alçada estabelecidos com base no nível de criticidade do risco.
- 2.7. Os administradores da Companhia devem zelar pela adequação dos recursos necessários à área de Riscos e Controles Internos para execução das atividades e implantar as ações necessárias para a mitigação dos riscos.
- 2.8. O Mapa de Riscos Corporativos deve ser atualizado bianualmente e/ou na ocorrência de eventos internos ou externos que afetem os objetivos estratégicos da Companhia e submetido para aprovação do Conselho de Administração.

- 2.9. Os Riscos Corporativos classificados como críticos (Impacto: Alto, independente da Probabilidade de Ocorrência; Impacto: Significativo e Probabilidade de Ocorrência: Provável ou Quase Certa; e Impacto: Moderado e Probabilidade de Ocorrência: Quase Certa) devem ser acompanhados pelo Comitê de Auditoria, por meio de relatórios periódicos elaborados pela área de Riscos e Controles Internos.
- 2.10. Os colaboradores que desempenham funções relacionadas à gestão de riscos devem ser capacitados, conforme os princípios e procedimentos definidos na metodologia adotada pela Companhia. A área de Gestão de Riscos deverá assegurar a implementação de programas de treinamento, com periodicidade mínima anual ou sempre que ocorrer atualização relevante na metodologia.
- 2.11. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser acompanhados pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretorias, Área de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna e demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração envolvidos na estrutura de gerenciamento de riscos, tais como o Comitê de Transações com Partes Relacionadas e o Comitê de Sustentabilidade, por meio de relatórios periódicos das atividades de cada órgão, conforme aplicável.

Gestão de Riscos Financeiros (exclusivo da Diretoria Financeira e de Relação com Investidores)

- 2.12. A proteção dos fluxos financeiros que apresentem indexação a variáveis de mercado que possam levar com sua flutuação, ao comprometimento de metas anteriormente estabelecidas de custos e/ou rentabilidade, poderá ser realizada por meio de operações com derivativos.
- 2.12.1. Para tomada de riscos financeiros e de tesouraria devem ser avaliados produtos a serem utilizados exclusivamente para proteger ativos, passivos e fluxos financeiros indexados da Companhia e de suas controladas contra descasamentos e flutuações de mercado.
- 2.12.2. A utilização de derivativos fica restrita à proteção de riscos, ficando vedadas operações especulativas.
- 2.13. Para fins de alçada de aprovação, deve ser considerado valor nominal (*notional* / valor de face) de cada operação com derivativo e observada a política de alçadas vigente.

2.14. A Companhia deve buscar a redução do impacto nos resultados econômicos e financeiros de variáveis que indexem ativos, passivos ou contratos, atuando tempestivamente para que as soluções de mitigação apresentem a efetividade esperada.

2.15. Para controle do Risco de Contraparte:

- a) A Companhia utilizará as classificações de risco divulgadas pelas agências *Standard & Poor's* (S&P), *Moody's* ou *Fitch* para definir os limites de exposição máxima das operações de derivativos;
- b) O limite de exposição a uma determinada contraparte em operações com derivativos deverá obedecer aos seguintes critérios:
 - ✓ *Rating local* mínimo de AA+ ou equivalente, de acordo com a contraparte;
 - ✓ Caso alguma contraparte não possua *rating local*, será utilizada equivalência de seu *rating internacional* para o *rating local*.

2.15.1. Eventuais exceções ao quanto previsto no item 2.13 deverão ser submetidas à aprovação do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

3. REFERÊNCIAS

- COSO ERM - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management;
- ABNT NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos – Diretrizes;
- ABNT NBR ISO 31073 – Gestão de Riscos – Vocabulário;
- Regulamento do Novo Mercado – B3;
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- Securities and Exchange Commission – SEC;
- Estatuto Social da Sabesp.

Avaliação de riscos	<p>Processo de avaliação que permite que uma organização considere até que ponto os fatores de riscos em potencial podem impactar a realização dos objetivos estratégicos.</p> <p>A Administração avalia os eventos com base em duas perspectivas – impacto e probabilidade, geralmente, utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, que resulta no nível de criticidade do risco.</p>
Administradores	Consideram-se Administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.
Apetite ao risco	O nível de exposição a riscos que a Companhia está disposta a assumir para alcançar seus objetivos de negócio.
Boas Práticas de Governança	Orientações publicamente reconhecidas, com o objetivo de alcançar e manter transparência, equidade e qualidade das informações, bem como manter reputação positiva perante o mercado e um diferencial na preservação e geração de valor.
Controle	Conjunto de políticas, procedimentos e atividades implementadas para que os riscos sejam gerenciados dentro dos limites do apetite ao risco da Sabesp e que os objetivos estratégicos sejam alcançados de maneira eficaz e eficiente.
Derivativo	Contrato entre as partes, onde ficam estabelecidas as condições futuras de negociação de um determinado ativo-objeto.
Fator de Risco	Fator que tem uma grande influência no risco. Geralmente, utilizado para identificar quais são as possíveis causas que podem materializar um risco.
Gestão de Riscos Corporativos	<p>Processo conduzido pela Administração e supervisionado pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração envolvidos na estrutura de gerenciamento de riscos (tais como o Comitê de Transações com Partes Relacionadas e o Comitê de Sustentabilidade), Diretoria Executiva, Diretorias, Gerências Executivas, Gerências, Área de Riscos e Controles Internos e a Auditoria Interna, bem como os demais colaboradores. A gestão de riscos corporativos visa identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com a exposição de risco da organização para assegurar o cumprimento dos seus objetivos.</p> <p>A gestão de risco está diretamente relacionada ao crescimento sustentável, a rentabilidade, a preservação e a geração de valor para a Companhia e seus acionistas, dado que este processo permite a identificação não só de ameaças, como também de oportunidades de aprimoramento e desenvolvimento do negócio.</p>
Identificação de risco	<p>Processos de busca, reconhecimento e descrição de riscos. A identificação de riscos envolve a descrição de fatores e consequências potenciais. Proporcionará gerar uma lista abrangente de riscos (portfólio) baseada em eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos.</p> <p>A identificação de riscos pode envolver dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, e as necessidades das partes interessadas.</p>
Impacto	Resultado ou efeito de um evento de risco. Poderá haver uma série de impactos possíveis associados a um evento. O impacto de um evento pode ser positivo ou negativo em relação aos objetivos de negócio da Companhia.

Mapa de Riscos Corporativos	<p>Representação gráfica referente ao processo de análise de riscos no ambiente corporativo. No caso da Sabesp, é apresentado graficamente no layout de mapa 4 X 4, através de posicionamento do nível do risco em quadrante com cor correspondente.</p> <p>Representado no plano cartesiano, por pares ordenados (Impacto e Probabilidade): Eixo Y: Impacto: 4 – Alto (vermelho), 3 – Significativo (laranja), 2 – Moderado (amarelo), 1 – Baixo (verde claro)</p> <p>Eixo X: Probabilidade: 4 - Quase Certa (vermelho), 3 - Provável (laranja), 2 - Possível (amarelo), 1 – Baixa (verde claro).</p>
Metodologia de Gestão de Riscos	<p>Conjunto de definições de padrões na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, com base na aplicação do modelo do COSO ERM “Enterprise Risk Management – Integrated Framework”, nas normas ABNT NBR ISO 31000 e ABNT NBR ISO 31073 – Gestão de riscos – Vocabulário, de forma flexível às características e peculiaridades da Sabesp e de seu ambiente de negócios.</p>
Nível de Alçada	<p>É o nível de acompanhamento e monitoramento dos riscos e dos respectivos planos de ação mitigatórios:</p> <p>Em relação aos riscos classificados com criticidade Baixa, compete às Diretorias.</p> <p>Em relação aos riscos classificados com criticidade Moderada, compete às Diretoria Executivas.</p> <p>Em relação aos riscos classificados com criticidade Crítica, compete ao Comitê de Auditoria.</p>
Probabilidade	<p>Chance de um evento acontecer.</p> <p>Na terminologia de gestão de riscos, a palavra “probabilidade” é utilizada para referir-se à chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada, ainda que objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, e se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (como probabilidade ou frequência durante um determinado período).</p>
Rating	<p>Refere-se à avaliação da capacidade de uma organização cumprir suas obrigações financeiras, expressa por uma nota atribuída por agências especializadas (Standard & Poor’s – S&P, Moody’s ou Fitch).</p>
Responsável pelo risco/ Dono do Risco	<p>Área responsável por identificar, avaliar, tratar, comunicar, monitorar riscos corporativos ou de processos e elaborar planos de ação para mitigação dos riscos.</p>
Resultados econômicos	<p>Está relacionado ao resultado de lucro ou prejuízo contábil, medindo a eficiência operacional do negócio ao considerar receitas e despesas, independentemente do fluxo de caixa.</p>
Resultados financeiros	<p>Representa a liquidez e a capacidade da empresa de gerar caixa, levando em conta os fluxos de entrada e saída de dinheiro.</p>
Risco corporativo	<p>Risco que pode comprometer a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos estratégicos.</p>

1. Conselho de Administração

- a) aprovar as diretrizes e a Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos;
- b) analisar e deliberar sobre o mapa de riscos corporativos da Companhia apresentado pela Diretoria Executiva, bem como sobre os planos de ação para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está sujeita;
- c) supervisionar, com suporte do Comitê de Auditoria, a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento dos riscos; e
- d) comunicar, assim que possível, à área de Riscos e Controles Internos sobre novos riscos que possam surgir.

2. Comitê de Auditoria

- a) avaliar o mapa de riscos corporativos da Companhia;
- b) observado o Nível de Alçada, avaliar os planos de ação para mitigação dos riscos a serem deliberados pelo Conselho de Administração;
- c) acompanhar o plano anual de trabalho de gestão de riscos corporativos;
- d) acompanhar e avaliar a evolução de implantação dos planos de ação mitigatórios dos riscos corporativos de seu Nível de Alçada;
- e) assegurar a autoridade, autonomia, independência e responsabilidade da área de Riscos e Controles Internos; e
- f) comunicar, no menor prazo possível, a área de Riscos e Controles Internos caso identificados novos riscos.

3. Diretoria Executiva

- a) submeter a Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos à aprovação do Conselho de Administração;
- b) implementar as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos, coordenando as demais áreas para este fim, de modo a manter os riscos aos quais a Companhia está sujeita em níveis compatíveis com o seu apetite de riscos;
- c) apoiar a execução dos trabalhos de identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos;
- d) elaborar o mapa de riscos corporativos da Companhia e submetê-lo bianualmente ao Conselho de Administração, após a avaliação do Comitê de Auditoria, propondo as medidas necessárias para mitigação dos riscos moderados e críticos;
- e) acompanhar e avaliar a evolução de implantação dos planos de ação mitigatórios dos riscos, de acordo com as informações disponibilizadas pelas demais áreas envolvidas na estrutura de gerenciamento de riscos;
- f) apoiar a disseminação da cultura de gestão de riscos;
- g) comunicar, no menor prazo possível, à área de Riscos e Controles Internos, caso sejam identificados novos riscos; e
- h) exclusivamente em relação ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, orientar e realizar a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco,


propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia.

4. Diretorias

- a) conhecer a metodologia e os Níveis de Alçada de riscos que definem as competências para aprovação e tratamento dos riscos;
- b) identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar os riscos de sua competência;
- c) implementar e acompanhar a evolução dos planos de ação mitigatórios dos riscos, de sua competência;
- d) propor à Diretoria Executiva o tratamento e os planos de ação mitigatórios dos riscos de sua competência;
- e) definir e acompanhar os indicadores de riscos;
- f) utilizar os resultados das avaliações de riscos para priorizar a elaboração e/ou revisão de planos de contingência;
- g) efetuar reportes periódicos à área de Riscos e Controles Internos sobre os riscos, indicadores e respectivos planos de ação mitigatórios sob sua responsabilidade (possível mudança de impacto, probabilidade e/ou medidas mitigatórias); e
- h) comunicar, no menor prazo possível, à área de Riscos e Controles Internos, caso sejam identificados novos riscos.

5. Área de Riscos e Controles Internos

- a) propor revisões à Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos, quando necessário;
- b) assegurar o alinhamento da prática do gerenciamento de riscos com a Missão, Visão, Valores e Diretrizes da Companhia;
- c) elaborar o plano anual de trabalho de gestão de riscos corporativos, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria;
- d) assessorar a Diretoria Executiva na elaboração bienal do Mapa de Riscos Corporativos, consultando as áreas da Companhia, revisando os riscos existentes e incorporando novos riscos identificados;
- e) consolidar e garantir a distribuição do mapa de riscos corporativos, de acordo com os níveis de alçada definidos;
- f) acompanhar a evolução de implantação dos planos de ação mitigatórios;
- g) elaborar o relatório das atividades de gestão de riscos (Mapa de Riscos, Acompanhamentos dos Planos de Ação e Indicadores de Riscos Críticos);
- h) capacitar a liderança e os colaboradores envolvidos nas atividades de gestão de riscos para aplicação da metodologia adotada pela Companhia;
- i) disseminar a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia;
- j) desenvolver, sugerir e revisar diretrizes para o processo de gestão de riscos corporativos da Companhia (classificação do risco, dicionário do risco, sistema informatizado, mapa de risco, metodologia de análise: identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento);

	Nome do Anexo:	Número do Anexo
	Competências	02
Vinculado ao Instrumento: PI0028 v.4 – Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos		

- k) apoiar a execução dos trabalhos de identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos;
- l) acompanhar os indicadores de riscos e desempenho do processo de gestão de riscos; e
- m) gerenciar o sistema informatizado de gestão de riscos.

6. Área de Auditoria Interna

- a) conhecer o mapa de riscos corporativos;
- b) considerar o mapa de riscos corporativos para elaboração da programação do trabalho de auditoria interna da Sabesp; e
- c) aferir a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança da Companhia.